



MERCOSUL/RAADDHH/GT-INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS/ATA Nº 4/08

REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Realizou-se na cidade de Brasília, República Federativa do Brasil, no dia 11 de novembro de 2008 a Reunião do Grupo de Trabalho Instituto de Políticas Públicas, como parte da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e países associados, com a presença das delegações da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

A lista das Delegações participantes figura como Anexo I da presente Ata.

O representante da delegação do Brasil deu as boas vindas a todas as delegações.

A agenda da reunião foi lida e aprovada, figurando como Anexo II da presente Ata.

1. Informe sobre as evoluções recentes.

Em 16 de setembro, na condição de representante da RAADH como PPT, o delegado brasileiro participou da reunião preparatória do GMC, que tinha a criação do Instituto como um dos pontos de pauta. Na ocasião, enfatizou a importância simbólica do Instituto, bem como sua importância como corpo técnico ao qual poderão ser solicitados diversos estudos em direitos humanos e temas transversais.

Normas do MERCOSUL: Res. GMC 06/2004, Dec. CMC 07/2007 e Res. GMC 54/03.

No GMC, foi observado que a redação do projeto de decisão elevado pela RAADH não era precisa em termos jurídicos, já que dispunha que os direitos e garantias trabalhistas dos funcionários do futuro Instituto "poderão" ser regidos pelas normas Res. 06/04 e 54/03 do GMC e Dec. 07/07 do CMC. Parte das delegações se manifestou a favor de uma redação menos ambígua, que garantisse a observância daquelas normas, no que se refere aos direitos trabalhistas para os futuros membros do Instituto. A delegação do Uruguai, por sua vez, defendeu a eliminação do trecho ambíguo. Não houve consenso. Os representantes da PPT brasileira não conseguiram chegar a uma solução de consenso, que poderia consistir mesmo na manutenção da redação original.

Confirmou-se que o FOCEM encontra-se em etapa de implementação que comporta programas concernentes à área social do processo de integração. Foi confirmada a pertinência de utilização do fundo para projetos ligados a

Handwritten signatures and initials:
M.H.
M.H.
D.
J.W.



direitos humanos, mas particularmente no que concerne ao Instituto, os recursos do fundo não podem ser utilizados para pagamento de salários e despesas correntes. A PPTB observou que, como a Argentina vem se propondo a investir na reforma do edifício, uma possibilidade seria que esses custos fossem financiados pelo FOCEM e o investimento argentino remanejado para áreas não abrangidas pelo fundo.

2. Avaliação sobre os passos seguintes para garantir a rápida implantação do Instituto.

Para a delegada do Uruguai, havia duas questões em consideração pelo GMC, o financiamento do Instituto e o estatuto de trabalho dos funcionários. Observou, igualmente, serem estas questões presentes na discussão sobre outros órgãos que se pretende criar na estrutura do Mercosul, como, por exemplo, o Instituto Social do MERCOSUL e a Secretaria Técnica Permanente da REM. Sobre o financiamento pelo FOCEM, recordou que o Uruguai tem comprometidos por 3 anos os recursos para outro projeto já aprovado.

O delegado brasileiro frisa que embora a redação aprovada na RAADH pudesse parecer ambivalente, tinha o mérito de deixar aberto no futuro à decisão do grupo de se escolher entre um caminho ou outro.

O delegado argentino falou que a Argentina está disposta a cobrir gastos iniciais. Também lembrou a idéia de se utilizar, primeiramente, funcionários das embaixadas acreditadas em Buenos Aires. Concluiu observando que não se deveria esperar para dar funcionamento ao Instituto.

O delegado do Chile perguntou se será proposta uma alternativa ou se o processo de consulta do FOCEM ainda está em curso. Relembrou a decisão do grupo na última RAADH da Argentina de dar o impulso inicial ao Instituto, oferecendo a infra-estrutura básica para o começo dos trabalhos e também os países designarem seus representantes acreditados em Buenos Aires para trabalharem no Instituto.

A delegação argentina exibiu mostrando a caminhada que levou à escolha da ESMA e de que forma podem ser iniciadas as oficinas no local.

A delegada do Uruguai retoma a palavra para dizer que há outras soluções para a questão da contratação com garantias trabalhistas que dão total proteção aos trabalhadores, mas que sua Chancelaria considera que a solução precisa ser geral, no âmbito do MERCOSUL, e não caso a caso.

Delegado brasileiro pergunta se, no interior do grupo, não há interesse em esforço de entendimento para redação de novo texto de resolução que dê encaminhamento à questão, sem a necessidade de abandonar o projeto de

[Handwritten signatures and initials]
H.M.M.
Yayler
P.
A.



criação do Instituto, frisando que essa decisão teria que ser levada à consideração da plenária.

Delegação brasileira recorda entendimento consensual acerca da necessidade de criação do Instituto para prover a RAADH de institucionalização permanente e aporte técnico. Coloca o questionamento: "O Instituto de Políticas Públicas é a única forma de perseguir esses objetivos?". E expõe que, para o Brasil, seria um dos instrumentos, mas haveria outras possibilidades a serem consideradas, uma vez que chegamos em um impasse até a decisão do GMC. Uma delas seria pensar a criação do Instituto em outros moldes, sem perder de vista quais foram os objetivos que nortearam a idéia de sua criação.

A exemplo dos GTs Niñ@sur e Indicadores, poderia ser criada uma plataforma virtual para garantir a continuidade das discussões sobre o tema ao longo do ano. Quanto ao aporte técnico, poderiam ser trabalhadas iniciativas de cooperação técnica por meio de acordos, parcerias com o PNUD etc. Ou seja, frente ao impasse, impõe-se pensar quais seriam as alternativas para que os objetivos que nortearam a idéia de criação do Instituto possam ser concretizados.

Para o delegado argentino, uma vez colocado o interesse de todos na criação do Instituto, é preciso pensar em como fazê-lo funcionar. Retoma a proposta levantada em Porto Alegre de que as embaixadas designem funcionários para o Instituto.

Delegação paraguaia expressa seu apoio à continuidade dos trabalhos do GT pela criação do Instituto, apesar do impasse econômico-financeiro à implementação produzido na instância do GMC. Pergunta sobre as alternativas de financiamento.

Delegado brasileiro sugere que as delegações se comprometam a trabalhar em propostas de soluções alternativas para o enquadramento do Instituto dentro dos parâmetros institucionais e trabalhistas do MERCOSUL.

Delegada uruguaia coloca que, na conjuntura de crise financeira internacional, será difícil contar com apoio financeiro internacional. Para buscar financiamento, é preciso esboçar um modelo de funcionamento, que é, ademais, necessário para o início dos trabalhos. Poderia pensar-se em contar com técnicos em cada país, que trabalhariam em rede para produzir informes. Sugere também que se procure formar uma espécie de conselho diretor muito pequeno para estabelecer os direcionamentos políticos.

Delegado argentino propõe que seja criado grupo de coordenação a fim de levantar temas de trabalho para o tratamento pelo GT, e assim possam ser dirimidos os obstáculos para a criação do Instituto.



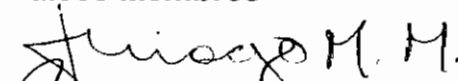
Delegado brasileiro expõe seu entendimento de que, mais do que um impasse técnico, está colocado um impasse político, que escaparia aos poderes do Grupo de Trabalho.

Delegação brasileira perguntou se poderíamos criar, não como algo alternativo à criação do instituto, mas como algo que reafirma as próprias razões que motivaram a criação do instituto, plataformas virtuais e ações de cooperação, que seriam necessariamente referidas à instância política superior e o compromisso do grupo em identificar quais são os pontos em que ainda há decisões a serem tomadas, sem prejuízo das decisões que ainda serão tomadas pelo GMC.

Ao fim as delegações acordaram por unanimidade:

- 1- Manifestar o interesse e a importância do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos e, por conseguinte, a necessidade de que o GT continue suas atividades com o fim de ver detalhes de seu futuro funcionamento;
- 2- Que se procure, mediante os meios virtuais existentes, avançar sobre o desenvolvimento de propostas e trabalhos;
- 3- Para isso, considera-se necessário que o GT seja o coordenador dessas atividades;
- 4- Intensificar a busca de fórmulas de financiamento que permitam colocar o Instituto em funcionamento plenamente, com a maior brevidade.

Países Membros

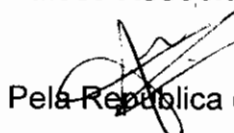

Pela República Federativa do Brasil


Pela República do Paraguai


Pela República Argentina


Pela República do Uruguai

Países Associados


Pela República do Chile



ANEXO I
Lista de Participantes

Argentina

1. **Marcelo Duhalde** – Secretaria de Derechos Humanos –
mduhalde@webmail.jus.gov.ar - +54 (11) 4701 1345

Brasil

1. **Thiago Melamed de Menezes** – Secretaria Especial de Direitos Humanos
2. **Carlos Eduardo da Cunha Oliveira** – Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores
3. **Mariana Bierrenbach Benevides** - Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores

Paraguai

1. **Francisco Barreiros** – Director de Derechos Humanos - Ministerio de Relaciones Exteriores.
2. **Hugo Chaparro** – Dirección de Derechos Humanos - Ministerio de Relaciones Exteriores.

Uruguay

1. **María Elena Martínez** - Directora de Derechos Humanos del Ministerio de Educación y Cultura – martinezm@mec.gub.uy; secddhh@mec.gub.uy
2. **Laura Dupuy** - Directora de Derechos Humanos y Derecho Humanitario del Ministerio de Relaciones Exteriores – didh332@mrree.gub.uy
3. **Alba Cocco** – Diputada, Presidenta de la Comisión de Derechos Humanos de la Cámara de Representantes – acocco@parlamento.gub.uy; albacocco@gmail.com

Chile

1. **Alunuo Zúñiga Arins**
00-56-2-6751513
qzunigabmisleplan.cl

J. M. H.
[Signature]
[Signature]
[Signature]